



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 05 / 09 / 25

Elcarys
Concelção de Marla Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado

Vieira
para relatar.

Em 02 / 09 / 25

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

HE

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 245/2025

“Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular obrigatório no ensino médio da rede pública do Estado do Piauí, e dá outras providências.”

RELATOR: DEPUTADO RUBENS VIEIRA

I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 245/2025, de autoria do nobre **Deputado Tiago Vasconcelos**, nos termos do art. 141, inciso I, alínea *a*¹ do Regimento Interno, que tem como objetivo principal **requerer a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular obrigatório no ensino médio da rede pública do Estado do Piauí.**

A proposição estabelece, em seu art. 1º, a obrigatoriedade da disciplina, a ser ministrada gradualmente, conforme cronograma de implantação definido pela Secretaria de Estado da Educação. Em seus artigos subsequentes, o projeto fixa objetivos como a promoção da inclusão social, o respeito à diversidade linguística, a garantia do direito à comunicação das pessoas surdas e a formação de uma sociedade mais acessível. Dispõe, ainda, sobre a priorização de escolas com maior número de estudantes surdos, a formação de professores para atuar na área e o desenvolvimento de parcerias

¹Art. 141. As proposições se constituem em:

I - de iniciativa comum, observada a repartição constitucional de competências:

a) projetos de lei;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

com universidades e instituições credenciadas, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a norma no prazo de 90 dias.

A justificativa da proposta destaca que a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Federal nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, o qual tornou obrigatório o ensino da Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, mas não impôs a obrigatoriedade da disciplina nos níveis fundamental e médio, deixando margem para atuação legislativa dos estados. Nesse contexto, a proposição pretende que o Piauí avance ao incluir a Libras como disciplina obrigatória no ensino médio da rede estadual, consolidando uma política educacional mais inclusiva.

Não há dúvidas quanto à relevância social e pedagógica da iniciativa, tendo em vista que a difusão da Libras nas escolas amplia a integração entre estudantes surdos e ouvintes, combate preconceitos e favorece a construção de um ambiente educacional inclusivo e plural. Trata-se de medida que atende ao comando constitucional de promoção da igualdade material, redução das desigualdades sociais e garantia dos direitos das pessoas com deficiência (CF, arts. 3º, 5º e 227²; CE/PI, art. 217³).

Todavia, esta Comissão deve avaliar também a constitucionalidade formal da proposição, especialmente no que se refere à iniciativa legislativa. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente decidido que a inclusão de disciplinas obrigatórias no currículo escolar por iniciativa parlamentar caracteriza ingerência indevida em competência privativa do Poder Executivo, uma vez que interfere na organização administrativa e pedagógica da rede pública de ensino e gera impactos orçamentários diretos. Cita-se, a título de exemplo, a ADI 5537, em que o STF declarou inconstitucional lei estadual que incluía disciplina no currículo da rede pública por vício de iniciativa.

Nesse sentido, embora a proposta traga uma inovação positiva no campo da inclusão social e da acessibilidade, é preciso reconhecer que o modo como está estruturada invade competência

² Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

³ Art. 217. O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

X - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

privativa do Governador, razão pela qual não pode prosperar como projeto de lei de autoria parlamentar.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Ordinária nº 245/2025 traz como objetivo a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina obrigatória no ensino médio da rede pública estadual. O mérito da proposta é inquestionável, pois fortalece a política educacional inclusiva, valoriza a diversidade linguística e garante direitos às pessoas surdas, em consonância com a Lei Federal nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Entretanto, a análise sob os prismas da constitucionalidade formal, juridicidade e técnica legislativa revela limitações que impedem a tramitação regular do projeto.

1. Da competência legislativa em matéria de educação

Nos termos do art. 24, IX, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Isso significa que os estados possuem competência para legislar sobre o tema, desde que respeitadas as normas gerais fixadas pela União.

A inserção de Libras como disciplina no currículo escolar estadual, portanto, é tema que pode ser tratado em lei estadual. Ocorre, porém, que a forma como se dá a iniciativa dessa lei é ponto central de análise.

2. Da iniciativa privativa do Executivo

De acordo com o art. 61, §1º, II, da Constituição Federal, e com o art. 102, VI, da Constituição do Estado do Piauí, é de iniciativa privativa do Governador propor leis que disponham sobre a organização, o funcionamento, a reforma e a modernização da Administração estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A determinação de nova disciplina obrigatória no currículo escolar afeta a organização pedagógica e administrativa da rede pública de ensino, implicando custos com formação de professores, contratação de profissionais habilitados, aquisição de material didático e adaptação da carga horária escolar. Trata-se, portanto, de matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

3. Da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

O STF possui firme entendimento de que leis de iniciativa parlamentar que instituem ou alteram disciplinas obrigatórias nos currículos escolares são inconstitucionais. Cite-se:

ADI 5537: o STF julgou inconstitucional lei estadual que incluía disciplina “Constituição da Família” no currículo, por vício de iniciativa.

ADI 1923: assentou que a ingerência parlamentar na execução de políticas públicas do Executivo viola o princípio da separação de poderes.

Assim, não restam dúvidas de que a proposição em exame, embora meritória, incorre em vício formal de iniciativa.

4. Da solução legislativa adequada

Não se trata de rejeitar o mérito da proposta, mas de ajustar sua tramitação aos limites constitucionais. A medida mais adequada é a transformação do Projeto de Lei Ordinária em Indicativo de Projeto de Lei, para que o Governador, dentro de sua competência privativa, encaminhe proposição própria à Assembleia Legislativa, caso entenda oportuno. Esse encaminhamento respeita a separação de poderes, preserva o mérito social da proposição e garante a conformidade formal do processo legislativo.

Dessa forma, com a devida alteração, verifica-se que o Projeto de Lei passa a não apresentar vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, passando a plenamente adequar-se à ordem



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante do nobre colega Parlamentar, **Deputado Tiago Vasconcelos**, reconhecendo o elevado mérito social e pedagógico da iniciativa, mas verificando a existência de vício formal de iniciativa, manifesto-me pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei Ordinária nº 245/2025, recomendando sua conversão em Indicativo de Projeto de Lei, nos termos regimentais.

Este é o meu parecer.

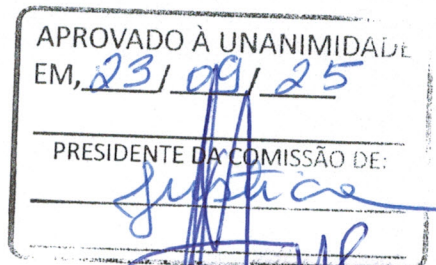
III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- ☒ Aprovação
☐ Rejeição
☐ Alteração para Indicativo de Projeto de Lei

Sala de Reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa, Teresina (PI),
_____ de setembro de 2025.

RUBENS VIEIRA
RELATOR
Deputado Estadual
Partido dos Trabalhadores (PT)



§ 1º A ocorrência de qualquer das situações elencadas nos incisos acima tem como efeito a imediata devolução da proposição ao Autor, para que promova as necessárias retificações, somente sendo encaminhadas para leitura no Pequeno Expediente quando integralmente sanadas.
§ 2º Quando qualquer das hipóteses dos incisos for observada no âmbito das Comissões, aplica-se o disposto no art. 114, II.